



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB**  
**FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FATECS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**NARA LUIZA ARAÚJO SILVA**

**R.A 21242241**

**A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL POR MEIO DO BALANÇO  
PATRIMONIAL APÓS A EDIÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE  
CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

**Brasília**  
**2015**

**NARA LUIZA ARAÚJO SILVA**

**R.A 2124224/1**

**A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL FEITO PELO TERCEIRO SETOR, POR MEIO DO BALANÇO PATRIMONIAL, APÓS A EDIÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como um dos requisitos para a obtenção do título de bacharela em Ciências Contábeis do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Professor Msc. Flávio Alves Carlos

**Brasília  
2015**

**NARA LUIZA ARAÚJO SILVA**

**R.A 2124224/1**

**A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL FEITO PELO TERCEIRO SETOR, POR MEIO DO BALANÇO PATRIMONIAL, APÓS A EDIÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado como um dos requisitos para a conclusão do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Ms. Flávio Alves Carlos

**Banca examinadora:**

---

Prof. Ms. Flávio Alves Carlos  
(PROFESSOR ORIENTADOR)

---

Prof. Ms. Antônio Eustáquio Corrêa da Costa  
(EXAMINADOR)

---

Prof. Ms. Daniel Cerqueira Ribeiro  
(EXAMINADOR)

**Brasília  
2015**

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar o impacto causado pelas alterações das NBCASP para o exercício do controle social, realizado pelas Organizações Não-Governamentais, tendo por base a utilização do balanço patrimonial como instrumento de análise. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando o método indutivo, sendo uma pesquisa descritiva e exploratória. Em complemento às pesquisas bibliográfica e documental, optou-se pela aplicação de roteiro de entrevista a ser respondida por representantes do controle social, elaborada de forma a possibilitar conclusões de caráter qualitativo. Como representantes da sociedade foram elencadas as organizações não governamentais que tinham interesse pelas contas públicas. Para execução das entrevistas, foram disponibilizados dois balanços patrimoniais da União, o primeiro, do exercício de 2013, elaborado no modelo NBCASP e o outro, do exercício de 2012, elaborado de acordo com o padrão contábil anterior. Das 7 organizações contatadas, apenas 1 respondeu de forma adequada a entrevista. Das respostas obtidas foi possível identificar que as alterações promovidas pelas NBCASP favoreceram os usuários que já possuem nível técnico de conhecimento na área contábil e não foram suficientes para atingir o cidadão comum, se fazendo necessário, na opinião do controle social, a melhoria da linguagem adotada no Balanço Patrimonial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Balanço Patrimonial, Contabilidade Pública, NBCASP, Organização não Governamental, Usuários, Controle Social.

## 1. INTRODUÇÃO

Com as mudanças na Constituição Federal, a sociedade foi incentivada a participar de forma mais eficaz nos processos que são de responsabilidade do Estado. A Lei 4320/64 – que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal – em vigor, é a principal regente da contabilidade do Estado. Com o tempo, a contabilidade pública passou por significativas mudanças de convergência as normas internacionais (FEIJÓ, 2013), gerando informação para o apoio ao processo de prestação de contas e controle social.

O objetivo principal dessa convergência é diminuir o impacto negativo na diversidade contábil que gera dificuldade na consolidação das demonstrações contábeis, no acesso a mercados de capitais estrangeiros e a falta de comparabilidade entre demonstrações contábeis de organizações sediadas em países distintos (CARVALHO e SALOTTI, 2010).

A primeira direção de alinhamento com as normas internacionais consubstanciaram-se em 21 de novembro de 2008, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com a publicação das dez primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), denominada NBCT 16 (Azevedo, 2009). Logo depois, algumas normas foram ajustadas de acordo com as necessidades que surgiram ao longo dos anos. Em 2011 foi incorporada uma nova norma, a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público e através da Resolução CFC nº 1437/13 de 22 de março de 2013 foram alteradas as NBCS T 16.1, 16.2, 16.3, 16.4, 16.6, 16.10 e 16.11.

No geral, as mudanças que circularam o setor público, buscaram a transparência das informações contábeis, principalmente com a instrumentalização do controle social (conforme a própria NBCT 16.1 anuncia) diante de uma proposta de participação da sociedade mais efetiva nas decisões do poder governamental e consequente obrigação da melhoria na divulgação das informações sobre uso dos recursos gastos pelos agentes públicos. Para auxiliar essa instrumentalização, o balanço patrimonial, dentre as demais demonstrações contábeis, foi um dos que mais sofreu alterações.

Com base nas últimas mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, surge a questão de pesquisa deste estudo: **Qual o impacto que as alterações nas NBCASP causaram para o exercício do controle social, realizado pelas Organizações Não-Governamentais, tomando o balanço patrimonial como instrumento?**

O presente artigo tem como objetivo geral identificar o impacto causado pelas alterações das NBCASP para o exercício do controle social, realizado pelas Organizações Não-Governamentais, tendo por base a utilização do balanço patrimonial como instrumento de análise.

Para responder a questão de pesquisa, o presente trabalho traz os seguintes objetivos específicos: conceituar contabilidade pública e o processo de convergência, definir as características da informação contábil, identificar as informações úteis, verificar quais os atributos requeridos pelos usuários do controle social e constatar melhorias ocasionadas pelas alterações da NBCASP no controle social, baseando-se na percepção de responsáveis por Organizações não Governamentais interessadas em finanças públicas.

Este estudo justifica-se pela necessidade de identificar se as melhorias propostas pelo novo padrão da Contabilidade Pública, em especial no que diz respeito ao Balanço Patrimonial, de fato auxiliam a sociedade no desenvolvimento do controle social. O estudo traz ainda uma contribuição para a construção de referencial teórico sobre o tema, podendo assim servir de fontes para novas pesquisas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A contabilidade pública e o processo de convergência**

A Contabilidade Pública surgiu oficialmente em 1922, através do Decreto nº 4.536, se tornando um objeto de estudo apenas em 1954, pela Divisão de Inspeção da Contabilidade, que segundo a mesma: “É o ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública; o patrimônio público e suas variações”. (KOHAMA, 2014 *apud* Divisão de inspeção da contabilidade, 1954). Por volta de quarenta anos depois, foi expedida a Lei nº 4.320, que abrangeu a parte contábil e as áreas de execução, controle e planejamento. Segundo Silva (2002, pg. 194):

a contabilidade governamental opera como um sistema integrador dos registros orçamentários, econômicos, financeiros e patrimoniais, com o objetivo de evidenciar todas as movimentações do patrimônio público e identificar os responsáveis por tais movimentações com vistas à prestação de contas que todo agente público deve apresentar, pelo menos, ao final de cada exercício. Para isso aplica os princípios de contabilidade geralmente aceitos e as normas específicas para as organizações públicas.

Em 1986, o Governo Federal criou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na estrutura do Ministério da Fazenda, com vistas a promover a modernização e a integração dos sistemas de acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial, como órgão central da contabilidade da União.

Com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, surgiram regras para que os gestores administrassem o patrimônio público de forma mais profissional e consciente, abrangendo todos os entes da Federação. A contabilidade foi fundamental como instrumento da gestão pública, principalmente na área orçamentaria, condizente com a sua capacidade de emitir todos os relatórios de forma fidedigna, auxiliando a tomada de decisões.

Anos após a sua conceituação, a Contabilidade Pública finalmente passa por um processo de padronização único e universal que possibilita maior transparência das informações. Segundo Nyama e Silva (2013, p.34):

A Contabilidade é a principal linguagem de comunicação dos agentes econômicos na busca de oportunidades de investimentos e na avaliação do risco de suas transações. A existência de práticas contábeis distintas tem sido um problema para a melhor compreensão e comparabilidade das informações de natureza econômico-financeira. Por essa razão, procura-se, com a convergência das normas contábeis no mundo, facilitar o processo de comunicação.

O primeiro passo em direção à convergência internacional no setor público veio com a publicação da Portaria Ministério da Fazenda 184 (Portaria de Convergência). Em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade, estabeleceu conceitos e métodos para guiar a atividade contábil pública através de dez normas Brasileiras Aplicadas ao Setor público de forma a harmonizar as práticas contábeis até então adotadas. A fim de complementar as resoluções editadas pelo CFC e garantir a qualidade na consolidação das contas públicas, a STN elaborou a partir do decreto 6.976/2009, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, adequado as Normas Brasileiras de Contabilidade e aos padrões internacionais.

Em 22 de março de 2013 algumas NBCASP foram alteradas pelo CFC através da resolução 1437/13 que altera, inclui e exclui itens das NBCT 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público.

De forma resumida, podemos destacar como principais mudanças: implementação do sistema de custos, contabilização da amortização e depreciação, registros de bens intangíveis

de uso comum, adoção de plano de contas único, enfoque na contabilidade patrimonial e gerencial que em conjunto, buscam proporcionar uma gestão transparente, permitindo a análise das receitas e despesas públicas pela sociedade e órgãos de controle e acompanhamento.

## **2.2 Controle social**

A partir da desconcentração do poder absoluto e do conseqüente aumento do interesse popular nas questões de caráter público, surgiram instrumentos para que a sociedade tivesse uma ligação maior com o Estado.

Definido como a participação da sociedade na gestão pública com o objetivo de prevenir e evitar a apropriação de recursos públicos indevidos e fortalecer a cidadania efetiva o controle social está diretamente ligado à participação popular. Nessa linha, Silva (2010) defende que o controle social possui alguns instrumentos que indicam caminhos que permitem essa participação efetiva da sociedade no monitoramento das atividades públicas. Divididos em dois grupos, esses monitoramentos podem ser autônomos, quando adaptados pela própria sociedade, ou legais, quando executados por meio de instrumentos fornecidos pelo governo.

Segundo Cunha (2003), os monitoramentos legais são representados por: Conselhos gestores de políticas públicas, Ministério Público, Tribunal de Contas, ação civil pública, mandado de injunção; ação popular, código do consumidor, defensoria pública, legislativo, comissões, orçamento participativo e audiência pública. Já como forma de monitoramento autônomo, os instrumentos utilizados são: sindicatos, universidades, ouvidorias independentes, partidos políticos e Organizações não governamentais (ONG).

Como o foco deste trabalho é o controle social, no seu aspecto de monitoramento, sendo utilizado como referência aquele realizado pelas ONG'S, também denominadas de terceiro setor. Segundo a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), que ampara e regulamenta estas organizações, elas são consideradas como tal quando sem fins lucrativos, constituídas juridicamente sob a forma de associação ou fundação, autônomas ou pluralistas que buscam interligar o Estado a sociedade.



Com o compromisso de construir uma sociedade democrática, fortalecer movimentos sociais de caráter democrático, seu papel principal é conscientizar a sociedade sobre a importância de pressionar o Estado, conforme suas ações desrespeitem os direitos adquiridos pela população constitucionalmente, auxiliando de maneira efetiva as atividades de controle social (CUNHA, 2003).

No funcionamento de suas atividades, as organizações mantêm um profundo relacionamento com o sistema econômico social. Para tal, as organizações necessitam de recursos que fortaleçam a execução de suas atividades, como mão de obra, recursos financeiros e tecnológicos.

### **2.3 Características da informação contábil**

Para auxiliar no controle social, existem ferramentas que estão à disposição da sociedade para monitoramento dos dispêndios do Estado, dentre as quais se destacam: Transparência geral dos órgãos públicos, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de acesso a informação pública, Portal de transparência dos Municípios, Orçamento-programa e Orçamento participativo.

Para utilizar tais ferramentas e exigir a prestação de contas da gestão pública sobre a sua atuação, a sociedade necessita de informações financeiras que serão contempladas nas chamadas informações contábeis, o ponto fundamental no exercício do controle. O usuário necessita de uma base de informações para a tomada de decisão de forma segura, garantindo a veracidade das informações no que diz respeito à Entidade (FREZATTI, 2007).

Surge então a preocupação de como a Contabilidade Pública tem gerado informações que se tornem úteis para os usuários do controle social. As alterações ocorridas no setor público, juntamente com a adoção de um plano de contas unificado, tem como meta gerar informações confiáveis e úteis que de alguma forma, contribuem no processo de tomada de decisão demonstrando para sociedade o custo e o resultado de cada ação do governo.

A NBCT 16.5, responsável pela padronização dos registros contábeis, instituiu critérios para o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio do setor público e suas respectivas informações contábeis. São as chamadas características qualitativas da informação contábil.

**Quadro 01 – Principais características qualitativas das informações contábeis.**

<b>Característica</b>	<b>Descrição</b>
Comparabilidade	As informações devem possibilitar a análise da situação patrimonial de forma comparativa com outras entidades, ao longo do tempo ou estaticamente.
Compreensibilidade	As informações devem ser entendidas pelos usuários
Confiabilidade	As informações devem ter fidedignidade e validade afim de possibilitar credibilidade e confiança aos usuários
Utilidade	As informações devem atender as necessidades dos diversos usuários
Visibilidade.	As informações devem ser disponibilizadas com transparência e com o objetivo de expressar a situação patrimonial da entidade.

Elaboração própria (adaptado NBC T 16.5).

Além do CFC outros comitês nacionais e internacionais emitiram pronunciamentos relacionados a esses atributos que contribuem consideravelmente na consolidação de uma informação de qualidade.

#### **2.4 Balanço Patrimonial como instrumento de controle social.**

O patrimônio como objeto da Contabilidade Pública é evidenciado através do balanço patrimonial e possui diversas informações que espelham os resultados e aspectos de natureza física do patrimônio da entidade. É uma demonstração de apoio à prestação de contas e ao suporte a instrumentalização do controle social, cujas informações deverão possuir as características qualitativas da informação contábil.

Com a alteração da NBCASP, a estrutura do balanço patrimonial foi voltada diretamente para o patrimônio público e o registro passou a ser feito com base no fato gerador. O reconhecimento da receita é resultado aumentativo no ativo ou diminutivo no passivo, o regime utilizado passou a ser o da competência, segregando os itens do patrimônio em circulante e não circulante, evidenciando as compensações, os atos do ativo e do passivo que possam de maneira indireta vir a afetar o patrimônio público (FEIJÓ, 2013).

Fazendo parte do balanço patrimonial do exercício, existe ainda o demonstrativo de superávit/déficit financeiro, que facilita a identificação de recursos disponíveis no caso de ser necessária a abertura de contas adicionais. De uma forma ampla o balanço patrimonial registra, portanto, o espelho patrimonial do que foi utilizado para a prestação de serviços à sociedade, sendo, em última instância, um retrato da estrutura utilizada para a consecução das políticas públicas.

Com o intuito de instrumentalizar o controle social, algumas análises no balanço patrimonial podem ser feitas para avaliar o desempenho patrimonial. Dentre elas, deve ser avaliada a maneira como o Estado mantém o patrimônio, sendo imprescindível analisar o nível de depreciação, exaustão e amortização que o mesmo terá que assumir anualmente e os métodos utilizados para conservar, manter e ampliar o patrimônio público, no sentido de expandir a capacidade de prestação de serviços à população.

De fato, os atributos necessários aos usuários da informação contábil em relação ao controle social estão relacionados à seleção, que possui a característica qualitativa da confiabilidade, e na apresentação da informação, que é vinculada à característica de comparabilidade (SILVA, 2012).

A avaliação da gestão patrimonial também é de suma importância, pois revela os reflexos do que a gestão causou ao patrimônio, como por exemplo, se houve melhoria nos indicadores de liquidez e endividamentos, e conseqüentemente, se houve aumento ou redução da capacidade de prestação de serviços à população, condições de conservação de bens e equipamentos públicos e na obtenção de resultado positivo ou negativo do saldo patrimônio ou da evolução ou redução do patrimônio líquido (KOHAMA, 2014).

Uma análise com base nos indicadores do balanço patrimonial pode ajudar no processo de esclarecimento da situação da entidade em questão, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade evidenciando sua situação no presente e possibilitar a melhora do que pode acontecer no futuro caso a situação detectada pelos indicadores tenha seqüência (MENEZZO, CASTRO e MERA, 2009).

## **2.5 Usuários da informação contábil**

Neste contexto, é notável que as informações contábeis, por meio da sua fidedignidade, compreensibilidade e relevância, são fundamentais na atuação da sociedade, para a verificação da existência de um processo de uma gestão fiscal responsável, ferramenta principal para o fortalecimento do controle social sobre a administração pública (AVELINO, COLAUTO, CUNHA, 2009).

Os principais usuários da informação contábil no setor público são definidos por Carlos (2009) conforme quadro abaixo:

## Quadro 2 – Usuários da informação contábil.

Grupo	Participantes
Sociedade	Contribuintes, eleitores, Associações ou grupos de defesa dos cidadãos, Cidadãos em geral.
Membros do Poder Público	Vereadores, Deputados e Senadores, Organizações não governamentais, Câmaras de comércio, Conselhos de Políticas Públicas, Tribunais de Contas e demais órgãos de controle.
Investidores e credores	Instituições investidoras ou credoras, Subscritores de títulos, Instituições financeiras, Agências de classificação de risco.

Fonte: CARLOS (2009)

Assim, com a premissa de que as informações divulgadas a respeito das atividades públicas são confiáveis e transparentes, o cidadão deve ser considerado o foco de interesse das informações contábeis, o que por sua vez, sugere uma construção da visão de *accountability* para as prestações de contas.

Caracterizado como um instrumento de controle social, a *accountability* surgiu como um tipo de controle social, baseado na capacidade do cidadão em avaliar a atividade governamental. Para tanto, é conceituada das seguintes maneiras (PONTES, 2008):

- *Accountability* vertical: define o voto eleitoral como instrumento de premiação ou punição dos governantes na eleição seguinte.
- *Accountability* horizontal: utiliza agências estatais e instituições de controle dispostas a supervisionar e punir ações de outras agências com poder legal para realizar tais ações.
- *Accountability* societal: como ampliação do conceito de *accountability* vertical, é a caracterização da atuação da sociedade no controle das autoridades políticas através de associações de cidadãos e movimentos.

Como representante da *accountability societal*, as ONG's, que são objeto deste estudo, são formadas pela sociedade civil que têm como missão a reivindicação de direitos e melhorias e fiscalização do poder público.

## 3. METODOLOGIA

### 3.1 Tipos de pesquisa

Os procedimentos utilizados nesse estudo são caracterizados como uma revisão teórica de conceitos e teorias aplicados ao assunto em estudo, objetivando explicar a problemática a partir dos referenciais teóricos. É considerado de caráter bibliográfico, feito através de artigos científicos e livros já publicados, e de caráter documental a partir da análise de balanços públicos reais publicados pela União.

Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica fornece ao autor uma enorme variação de matérias que possibilitam a obtenção de inúmeras informações de forma mais prática. Os materiais utilizados neste estudo foram livros, artigos científicos, dissertações, publicações acadêmicas eletrônicas de credibilidade, regimentos internos e instrumentos legais e legislação vigente sobre o tema abordado.

O método de estudo foi indutivo, partindo de uma situação específica para a formação de uma conclusão geral. Conforme Gil (2008) a partir da indução, é possível obter conclusões correspondentes a uma verdade que não está contida nas premissas consideradas, ou seja, são conclusões apenas prováveis.

Quanto aos fins, a pesquisa é considerada qualitativa com caráter descritivo e exploratório. Segundo Silva e Menezes (2005), a pesquisa qualitativa é fundamentalmente descritiva. É a relação direta entre o sujeito e o ambiente tendo como ponto chave o pesquisador que analisa os dados buscando pelos seus significados. Do ponto de vista descritivo, (GIL, 2008) afirma que o objetivo da pesquisa descritiva é o detalhamento das características dos fatos apurados, utilizando a coleta de dados padronizada como ferramenta, propondo uma caracterização das melhorias decorridas da última alteração da NBCASP. Enquadra-se no ponto de vista exploratório, na medida em que propõem averiguar as melhorias da informação contábil a partir do tema nova Contabilidade Pública.

### **3.2 População e amostra**

Como população deste estudo, foram definidas as organizações sem fins lucrativos que atuam diretamente no controle social com o foco das suas atividades voltado para o controle de contas públicas. Foram definidas como filtros de amostra, organizações cujos cadastros estavam disponíveis no site da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais ([www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)), com sede física, preferencialmente em Brasília, e de

repercussão nacional, ou seja, instituições já conhecidas pela mídia. O objetivo destes filtros utilizados foi facilitar o acesso às organizações e aos respondentes.

Através do site da (ABONG), foram definidas sete organizações compatíveis com o filtro da população definida. A partir das informações fornecidas pelo site, foram feitos contatos por meio telefônico e eletrônico com as seguintes instituições:

### Quadro 3 – ONGS selecionadas para amostra

Organização	Objetivo
Ações em Gênero Cidadania e desenvolvimento (AGENDE)	Firmar a perspectiva feminista na agenda política para promover o fortalecimento da cidadania e da democracia. Buscar formulação e aplicação de políticas públicas para a igualdade entre mulheres e homens, para a promoção da igualdade racial, bem como o cumprimento dos compromissos firmados nos tratados e conferências internacionais.
Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)	O fortalecimento da sociedade civil e a ampliação da participação social em espaços de deliberação de políticas públicas.
Instituto de Fiscalização e Controle (IFC)	Incentivar e fortalecer a ação de acompanhamento da gestão financeira dos gastos públicos, tanto por parte da sociedade civil, como por parte dos órgãos públicos.
Índice da transparência	Avaliar o nível de transparência dos portais de informações públicas dos governos federal, estaduais e municipais do Brasil.
Observatório Social do Brasil (OSB)	Estimular o trabalho voluntário no controle social e pela cidadania fiscal.
Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN)	Ampliação do conhecimento científico e tecnológico sobre as relações entre desenvolvimento, população e meio ambiente e suas implicações para as políticas públicas;
Contas Abertas	Fomentar a transparência, o acesso à informação e o controle social; Estimular o aprimoramento da qualidade, da prioridade e da legalidade do dispêndio público; Estimular a participação do cidadão na elaboração e no acompanhamento dos orçamentos públicos; Estimular a fiscalização das contas públicas; Estimular a cidadania participativa, especialmente a relação entre o governo e a sociedade.

Fonte: Elaboração própria

Em complemento às pesquisas bibliográfica e documental, optou-se pela aplicação de roteiro de entrevista semiestruturada, a ser respondida por representantes do controle social, elaborada de forma a possibilitar conclusões de caráter qualitativo. Foram elaboradas questões quanto às características da informação contábil, nos quesitos linguagem, qualidade, compreensão, nomenclaturas e tomada de decisão, as mudanças da NBCASP, compreensão sobre o balanço patrimonial e análise de balanço.

Para a coleta de dados, o roteiro de entrevista foi elaborado com 12 questões, divididas em 3 blocos: um grupo sobre características da instituição, outro grupo sobre o nível de

conhecimento atribuídos pelo entrevistado e o último sobre conhecimentos técnicos específicos.

O primeiro bloco abordou três questões abertas sobre as características gerais da entidade analisada como principais fontes de recursos, média do número de colaboradores e hierarquia de funcionamento. O segundo abordou uma questão relacionada ao nível de conhecimento do entrevistado sobre balanço patrimonial, conhecimento sobre as NBCASP e o nível de compreensão sobre essas mudanças ocasionadas por elas.

O terceiro bloco teve questões elaboradas com base numa escala *likert*, com respostas de 1 a 5, sendo um para concordo plenamente e cinco discordo plenamente, somando um total de oito questões. Dentre elas, três abordaram as mudanças ocorridas pela NBCASP e o nível de compreensão do entrevistado sobre as últimas mudanças na Contabilidade Pública.

As cinco questões restantes, foram específicas sobre as alterações da NBCASP no balanço patrimonial e procurou avaliar a percepção do entrevistado se estas alterações trouxeram melhorias para o exercício do controle social. Procurou-se investigar se os participantes de ONG'S de controle social e o cidadão comum sem conhecimentos em contabilidade, na percepção dos entrevistados, conseguem compreender a situação do patrimonial de determinada entidade pública.

Para execução das entrevistas, foram disponibilizados dois balanços patrimoniais da União (STN, 2013), o primeiro, do exercício de 2013, elaborado no modelo NBCASP e o outro, do exercício de 2012, elaborado de acordo com o padrão contábil anterior. Com base neles, foi questionado se era possível identificar os gastos públicos relacionados aos programas de incentivos e se é nítida a maneira como os recursos públicos são utilizados, uma vez que isso era a *proxie* adotada como reflexo para o controle social.

#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Conforme mencionado na metodologia, foram contatadas as 7 instituições definidas na amostra. Entretanto, após diversas tentativas de comunicação por meio telefônico e eletrônico, foram obtidas duas respostas, sendo apenas uma considerada satisfatória pelas razões demonstradas a seguir.

O responsável pela instituição Contas Abertas, por meio telefônico, informou que as entrevistas só são concedidas à profissionais da área de jornalismo, mesmo tendo sido informada que se tratava de pesquisa acadêmica, o que inviabilizou a aplicação da mesma.

O responsável pela AGENDE estava com site fora do ar, com e-mail inválido e telefone inexistente, o que não permitiu o prosseguimento do estudo. O Índice da Transparência e INESC, responderam aos contatos efetuados se mostrando interessados em apoio este trabalho, mas até o fim deste estudo, não responderam às perguntas disponibilizadas por e-mail.

A responsável pela ISNP informou que não se sentia habilitada a responder questões voltadas a área de contabilidade, mesmo a pesquisadora insistindo que esse estudo era voltado para pessoas que não possuíam conhecimentos técnicos. Ainda assim, foi negada a contribuição para o estudo. A responsável pelo OBS, respondeu a todos os contatos efetuados, mas as perguntas foram respondidas de maneira inconsistentes, avaliando todas as mudanças como indiferente, demonstrando desatenção ao que foi respondido, o que levou à desconsideração da resposta para análise deste estudo. Por fim, o Instituto de Fiscalização e Controle foi a única instituição que o seu representante respondeu as questões de maneira compatível, tendo sido o interlocutor o seu Diretor Financeiro, Emerson Santos de Lima, que trabalha na instituição há 2 anos. O entrevistado, de 37 anos, tem formação superior em Economia com experiência na área de finanças públicas e controladoria de 8 anos.

Segundo informações do site Instituto de Fiscalização e Controle, formado por voluntários da área de fiscalização e controle a serviço do poder público, o mesmo:

Tem por finalidade incentivar e fortalecer as ações de acompanhamento e fiscalização da gestão financeira dos recursos públicos, tanto por parte da sociedade civil, como por parte dos órgãos públicos, contemplando a valorização e o reconhecimento dos profissionais que atuam nas atividades concernentes, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, relativamente à Administração Pública Direta e Indireta, incluindo as entidades de natureza fundacionais, autárquicas, empresariais e reguladoras.

Analisando o conteúdo das respostas ao roteiro de entrevistas, pode-se identificar que no que diz respeito às características da entidade, existe uma hierarquia em que as decisões são tomadas de forma colegiada e tomadas pela diretoria, com um total de 6 diretores. As principais fontes de recurso do instituto são provenientes de sindicatos e associações de servidores (administração direta) e funcionários (de empresas estatais) públicos federais, o



número médio de colaboradores fixos é em torno de 50 e nos eventos externos (auditorias cívicas, caravanas da cidadania, marchas, etc.). A entidade realiza eventos externos que contam com a participação de milhares de voluntários, como aconteceu em 2014, ano em que cerca de 5.000 voluntários pontuais colaboram com eventos da Instituição.

Na opinião do entrevistado, o seu nível de conhecimento sobre a Contabilidade Pública, balanço patrimonial e as alterações da NBCASP foi classificado como bom, com base na escala *likert*, que compreendia nenhum conhecimento até ótimo conhecimento. Isso demonstra que o entrevistado possui, de forma considerável, conhecimento técnico sobre os assuntos acima.

As questões aplicadas no terceiro bloco abordaram as alterações da NBCASP em determinados aspectos como a linguagem utilizada nas demonstrações, qualidade das informações, compreensão das informações, nomenclaturas utilizadas, possibilidade de tomada de decisão e controle social. O entrevistado, respondeu que os aspectos melhoraram que pioraram, ou seja, houve alguma melhora nos aspectos citados, mas não foram suficientemente satisfatórios. As razões do entrevistado são analisadas adiante.

Nas questões específicas e técnicas sobre balanço patrimonial, foi possível identificar o alto nível de conhecimento do respondente a respeito da diferença entre regime de caixa e regime de competência no setor público e que essa mudança de fato melhorou o exercício do controle social para o instituto. Conforme a percepção do entrevistado pode-se distinguir a existência de dois tipos de controle social, aquela feita pelo cidadão “especializado”, que trabalha em uma Organização não governamental e o cidadão comum, que é representado por essas organizações, e que sozinho está muito longe de ter algo que seja minimamente útil, mesmo com as novas NBCASP.

Analisando os balanços mostrados, antes e depois da alteração das normas, o entrevistado respondeu que não é possível identificar gastos públicos relacionados aos programas de incentivo e nem avaliar de maneira nítida como os recursos são gastos. Isso demonstra que o balanço patrimonial está aquém do esperado pelo cidadão comum no exercício do controle social, e que as demonstrações contábeis, não são elaboradas para o cidadão, visto que a forma como ela é apresentada não atende os padrões comuns e sim, padrões técnicos.

O nível de conhecimento do entrevistado, analisado pelo grau e experiência na sua área de formação, converge com as respostas sobre a compreensão a respeito das do balanço patrimonial, considerando que o mesmo caracteriza seu nível como bom, afirma que os aspectos melhoraram que pioraram, mas discorda plenamente quando questionado sobre a condição de avaliar a situação do patrimônio público através do balanço patrimonial. Isso destaca uma análise feita pelo respondente que afirmou que “do ponto de vista do cidadão comum, o qual ele representa, não ocorreram melhorias para efetivar o controle social, o nível de compreensão de um cidadão comum sobre a linguagem do balanço patrimonial não permite uma leitura da situação do patrimônio público”.

Na visão do entrevistado mudanças na contabilidade pública seriam necessárias como por exemplo, “algumas alterações nas demonstrações contábeis para que as mesmas fossem mais acessíveis ao cidadão comum, como por exemplo, demonstrações que abrangem informações pormenorizadas, mais detalhadas, para que ele consiga fazer uma maior cobrança de seus direitos”. Completou que seria interessante conhecer os dados sobre o consumo mensal dos gastos de um posto de saúde, por exemplo: gasto com energia elétrica, quantidade de exames realizados, entre outros, como forma de qualificar o serviço prestado.

Por fim, na percepção do agente de controle social os valores contidos nas informações como caixa, investimentos e demais elementos demonstrados no balanço patrimonial, não fazem a mínima diferença para o cidadão, visto que essas informações não tem o menor valor para o controle exercido por um agente de controle social “não especializado”.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo objetivou identificar o impacto causado pelas alterações das NBCASP para o exercício do controle social, realizado pelas Organizações Não-Governamentais, tendo por base a utilização do balanço patrimonial como instrumento de análise.

As alterações promovidas pelas NBCASP favoreceram os usuários que já possuem nível técnico de conhecimento na área contábil e não foram suficientes para atingir o cidadão comum. Para exercer o controle social, os aspectos qualitativos das demonstrações como linguagem utilizada nas demonstrações, qualidade das informações, compreensão das

informações, nomenclaturas utilizadas, possibilidade de tomada de decisão e controle social melhoram as demonstrações de maneira insuficiente para atingir o cidadão comum.

Para avaliar as demonstrações contábeis de configuração atual, principalmente o balanço patrimonial, é necessário ter um conhecimento prévio o que não facilita a atividade de exercer o controle social. Com isso, pode se concluir que a Contabilidade Pública precisa evoluir na maneira de apresentar suas informações, desenvolvendo demonstrativos que atendam a sociedade comum e permita uma análise menos técnica e mais efetiva.

Para futuros trabalhos de pesquisa relacionados á esse assunto, aconselha-se um aprofundamento nas demais demonstrações contábeis afetadas pelas alterações das NBCASP, analisando organizações de outros Estados, ou a sugestão de demonstrações que facilitem o controle social para o cidadão comum.

## 6. REFERÊNCIAS

AVELINO, Bruna Camargos; COLAUTO, Romualdo Douglas; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves. **Evidenciação, teoria da legitimidade e hipótese dos custos políticos: estudo no governo estadual e municípios de minas gerais.** Universidade Federal de Minas Gerais. 2009, pág. 17.

AZEVEDO, Ricardo Rocha de ET at., **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.** Nova Letra, 2009.

AZEVEDO, Ricardo Rocha de; SOUZA, José Antônio de; VEIGA, Cátia Maria Fraguas. **Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público: NBCASP Comentadas.** 2. ed. Curitiba-PR: Tecnodata Educacional, 2010. 342 p.

BRASIL, Decreto nº DECRETO Nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DPL/DPL4536.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL4536.htm)>. Acesso em 29 set. 2014.

BRASIL, **Lei nº 4.320**, de 14 de março de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em 29 set. 2014.

BRASIL, Resolução CFC N.º 1.366/11, de 25 de novembro de 2011, **Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público.**

BRASIL, Resolução CFC nº 1.103/2007, de 28 de setembro de 2007, **Criação do Comitê Gestor da Convergência no Brasil e da outras providências.** Disponível em:<<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 8 set. 2014.

BRASIL, Resolução CFC nº 1.133/08, de 21 de novembro de 2008, **Aprovar a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis**. Disponível em:

<[http://www3.tesouro.gov.br/contabilidade\\_governamental/download/RES\\_CFC\\_11332008\\_NBC\\_T166\\_Demonstracoes\\_Contabeis.pdf](http://www3.tesouro.gov.br/contabilidade_governamental/download/RES_CFC_11332008_NBC_T166_Demonstracoes_Contabeis.pdf)> Acesso em 8 set. 2014.

BRASIL, Resolução CFC nº 1.437, de 22 de março de 2013. **Altera, inclui e exclui itens das NBCs T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público**. Disponível em:

<<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 8 set. 2014.

BRASIL, Resolução CFC nº 785, de 28 de julho de 1995. **Das Características da Informação Contábil**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 19 out. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** - texto constitucional promulgado em 05/10/1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 46/2005 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html) > Acesso em: 8 set. 2014.

BRASIL. Portaria nº 753, de 21 de dezembro de 2012. **Altera a Portaria nº 337, de 12 de julho de 2012, e a Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. 26 dez 2102; Seção 1:9.

BREDER, Jane Carvalho. **Controle Social – um modelo em construção: contribuições do Tribunal de Contas da União**. 2012. 22 f. Artigo – UFRGS – Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias, Porto Alegre, 2012.

CAPIBERIBE, Zélia Inácio M. e MARTINS, Mário de Souza. **Considerações sobre as novas normas brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e os principais impactos**. 2012. 14 f. Artigo – Tribunal de Contas Estado do Mato Grosso do Sul. Disponível em < [http://www.tce.ms.gov.br/portal/lista\\_artigos/detalhes/161113](http://www.tce.ms.gov.br/portal/lista_artigos/detalhes/161113) > Acesso em: 14 set. 2014.

CARLOS, Flávio Alves. **Controle social no âmbito municipal: Um estudo sobre a utilidade dos relatórios da Controladoria Geral da União (CGU) na percepção dos conselheiros de políticas sociais no Estado de Pernambuco**. 2009. 175 f. Tese - Universidade Federal de Pernambuco. Programa de pós-graduação em ciências contábeis mestrado em contabilidade, Pernambuco, 2009.

CARVALHO, L. Nelson de; SALOTTI, Bruno Meireles. **Curso eLearning de Tópicos de Contabilidade Internacional**. São Paulo: Fipecafi, 2010.

COELHO, Mary Cristine; CRUZ, Flávio da; NETO, Orion Augusto Platt ; **A Informação Contábil como Ferramenta de Auxílio no Exercício do Controle Social**; Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 163-184, jul./set. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE- CFC. **Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11.** Conselho Federal de Contabilidade. - Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: < [http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor\\_P%C3%BAblico.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf)> Acesso em: 14 set. 2014.

CUNHA, Sheila Santos. **Controle Social e seus instrumentos.** 2013. 12f. (Artigo). Graduanda em Administração pela UFBA. Bolsista de Iniciação Científica pela Fapesb junto ao Nepol – Núcleo de Pesquisas sobre Poder e Organizações Locais. Salvador, 2003.

DALL’OLIO, Leandro Luis dos Santos. **A instrumentalização do Controle Social por meio do reordenamento da contabilidade aplicada ao setor público (CASP).** 2013. 25 f. (Artigo). Disponível em : < <https://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/201311004-artigo-leandro-casp.pdf>> Acessado em: 10 set. 2014.

DARÓS, Leandro Luís; PEREIRA, Adriano de Souza. **Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP: mudanças e desafios para a contabilidade pública.** (Artigo). 2009.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle Social versus Transparência Pública: uma questão de cidadania.** 2010.33 f. Artigo (Pós Graduação) – Brasília, 2010. Disponível em: < <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2053966.PDF> >. Acesso em 08 set. 2014.

FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo as mudanças na contabilidade aplicada ao setor público.** 1.ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson Braga; REZENDE, Amaury José. **Relacionamento entre atributos da contabilidade gerencial e satisfação do usuário.** RAM – Revista de administração Mackenzie. Volume 8, n. 2, 2007, p. 128-161.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; TREVISAN, Ronie; PFITSHER, Elisete Dahmer. **A compreensibilidade dos cidadãos de um município gaúcho acerca dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal publicados nos jornais.** Universidade federal de santa catarina, 2009 p.16.

GAVA, Camila Pavei. **O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público às normas internacionais: um estudo sobre a percepção dos profissionais das entidades públicas da região da AMREC em relação às NBCASP.** 2013. 116 f. Artigo (bacharel) – UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBRACON NPC nº 27 – **Demonstrações contábeis - demonstrações contábeis - apresentação e divulgações** –Disponível em: < <http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>>. Acessado em: 4/11/2014.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública.** 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LIMA, Marcilne Barros. **ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs): um estudo sobre a divulgação no Acesso a informação pública por meio da transparência no processo da prestação de contas e dos relatórios financeiros dos projetos firmados com as ONGs do DF e o governo federal.** Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER. 2011, pag 15.

MARQUES , Heitor Romero [et al.] – **Metodologia de pesquisa e do trabalho científico.** Campo Grande. UCDB – 2006.

MENEGAZZO, Renato Fernando; CASTRO, Marcelo Gonçalves de; MERA, Claudia Maria Prudêncio de. **Balanço patrimonial como ferramenta de controle em média propriedade rural.** 2009.Mestrado.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN).

**Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) 00: Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade.** Brasília, 2013. 20 p. Disponível em:

<[https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade\\_Fiscal/Contabilidade\\_Publica/arquivos/IPC00.pdf](https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Responsabilidade_Fiscal/Contabilidade_Publica/arquivos/IPC00.pdf)>. Acesso em: 4/10/2014 .

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Contabilidade internacional e normas do IASB.** In: NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. P34.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração.** Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

PONTES, Carla Sena. **A Atuação da Justiça Eleitoral na fiscalização das contas dos candidatos e partidos políticos.** 2008. 2013f. Tese. Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp113158.pdf>>. Acesso em: 12/05/2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica,** 3ª ed. São Paulo. Saraiva, 2013. Disponível em < <http://online.minhabiblioteca.com.br/books/9788502206731/page/IX> > Acesso em 10 ou. 2014.

SANCHEZ, Felipe de Carvalho; MAES, Laurie Larrea. **Uma análise das principais mudanças nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.** R. Linceu On-line, São Paulo, v.3 n.3, p. 6-32, jan./jun. 2013. Disponível em: < [liceu.fecap.br/LICEU\\_ON-LINE/article/download/1673/941](http://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/download/1673/941)>. Acesso em 13 set. 2014.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Balanço Patrimonial, 2013. Disponível em: < [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/390400/CPU\\_BSPN\\_2013.pdf/1a207bb6-3b4c-46db-a7ad-a5486f4d0993](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/390400/CPU_BSPN_2013.pdf/1a207bb6-3b4c-46db-a7ad-a5486f4d0993)> Acesso em: 12/03/2015

SECRETARIA TESOUREIRO NACIONAL. Balanço Patrimonial, 2013. Disponível em: <  
[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/205525/Balanco\\_do\\_Setor\\_Publico\\_Nacional2012.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/205525/Balanco_do_Setor_Publico_Nacional2012.pdf)>. Acesso em: 12/03/2015

SILVA, Cristiane Born Da. **Os instrumentos de transparência e controle social e o papel da contabilidade aplicada ao setor público: a percepção dos gestores dos municípios mais populosos do Brasil e dos municípios da região sul com mais de 50.000 habitantes.** 2012. 37 f. Trabalho de conclusão – UFRGS – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <  
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61945/000867345.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14/09/2014.

SILVA, Dilécia da. **A importância do controle social para a gestão pública.** 2010. 21 f. Trabalho de conclusão. Centro de Pós Graduação da Sociedade Paranaense de Ensino e Informática – SPEI. Curitiba.2010.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat; **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 4. ed. revisada e atualizada, Florianópolis, 2005.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental.** São Paulo: Atlas, 2002.

## APÊNDICES

### Apêndice 1 – Questionário de pesquisa.

- 1) Quais as principais fontes de recursos desse Instituto?
- 2) Qual a média do número de colaboradores?
- 3) Existe alguma hierarquia do seu funcionamento?
- 4) Como você classificaria o seu nível de compreensão em relação ao balanço patrimonial das entidades públicas?

- Nenhum  
 Pouco  
 Bom  
 Ótimo

- 5) Você teve conhecimento sobre as mudanças ocasionadas pelas NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

- Concordo plenamente  
 Concordo mais que discordo  
 Indiferente  
 Discordo mais que concordo  
 Discordo plenamente

- 6) Você classificaria o seu nível de compreensão em relação às mudanças ocorridas nas normas aplicáveis à contabilidade pública, adequado?

- Concordo plenamente  
 Concordo mais que discordo  
 Indiferente  
 Discordo mais que concordo  
 Discordo plenamente

- 7) De acordo com o seu entendimento, classifique como as alterações das NBCASP interferiram nos aspectos a seguir:

Aspectos	Piorou Totalmente	Piorou que melhorou	Indiferente	Melhorou que piorou	Melhorou totalmente
Linguagem utilizada nas demonstrações					
Qualidade das informações					
Compreensão das informações					
Nomenclaturas utilizadas					
Possibilidade de tomada de decisão					
Controle Social					

- 8) Você tem conhecimento sobre a diferença entre o Regime de caixa e o Regime de Competência no Setor Público?



- Concordo plenamente
- Concordo mais que discordo
- Indiferente
- Discordo mais que concordo
- Discordo plenamente

**9)** De acordo com as alterações da NBCASP, o princípio da competência foi inserido no balanço patrimonial, substituindo o regime de caixa. Isso melhorou o exercício do controle social.

- Concordo plenamente
- Concordo mais que discordo
- Indiferente
- Discordo mais que concordo
- Discordo plenamente

**10)** Para um cidadão comum, sem conhecimentos específicos de contabilidade, é possível afirmar que a linguagem permite que ele compreenda a situação do patrimônio público para a sociedade, ao ler o balanço patrimonial.

- Concordo plenamente
- Concordo mais que discordo
- Indiferente
- Discordo mais que concordo
- Discordo plenamente

**Com base no balanço apresentado em anexo:**

**11)** Com as alterações ocorridas no BP é possível identificar os gastos públicos relacionados aos programas de incentivos sociais.

- Concordo plenamente
- Concordo mais que discordo
- Indiferente
- Discordo mais que concordo
- Discordo plenamente

**12)** O balanço mostra de maneira nítida como os recursos são gastos.

- Concordo plenamente
- Concordo mais que discordo
- Indiferente
- Discordo mais que concordo
- Discordo plenamente